ANTROPOLOGIA E VIDA MODERNA

FRANZ BOAS

70

Título original:
Anthropology and Modern Life
de Franz Boas

© desta tradução: Edições 70, 2021

Prefácio: © Nuno Domingos

Tradução: Nuno Carvalho

Revisão: Joana Baudouin

Capa: FBA

Depósito Legal n.º

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

BOAS, Franz, 1858-1942

Antropologia e vida moderna. – (Perspectivas do homem)
ISBN 978-972-44-2421-7

CDU 316

Paginação:
MA

Impressão e acabamento:
????????

para
EDIÇÕES 70
Abril de 2020

EDIÇÕES 70, uma chancela de Edições Almedina, S.A.
LEAP CENTER – Espaço Amoreiras
Rua D. João V, n.º 24, 1.03 – 1250–091 Lisboa – Portugal
e-mail: editoras@grupoalmedina.net

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida,
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.
Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível
de procedimento judicial.

ANTROPOLOGIA E VIDA MODERNA

FRANZ BOAS

70

Prof. Victor Ferri Maun
UFMS/CPNV
MAT. SIAPE 1480

Capítulo V

Eugenia

A possibilidade de elevar os padrões físicos e mentais do humano por meios judiciosos é predicada há muitos anos pelos apóstolos da eugenia, e entrou de tal forma no espírito da população que foram introduzidas medidas eugénicas nos códigos legislativos de um conjunto de Estados e a consciência pública reprova os casamentos que pensa estarem destinados a produzir descendência pouco saudável.

A ideia de que, por este meio, pode ser possível eliminar o sofrimento e lutar por ideais mais altos é uma ideia bonita e fortemente apelativa para quem se preocupa com o progresso da humanidade.

As nossas experiências na criação de gado e plantas mostraram que é possível, por meio de seleção adequada, modificar uma raça ou variedade em quase qualquer direção que escolhamos: em tamanho, em forma, em cor. Até as funções fisiológicas podem ser alteradas. A fertilidade pode ser incrementada, a velocidade do movimento melhorada, a sensibilidade dos órgãos sensórios alterada e os traços mentais podem ser apontados para direções especiais. É, pois, mais do que provável que possam ser alcançados resultados semelhantes no ser humano por meio do cuidado acasalamento de indivíduos adequadamente selecionados, contanto que o ser humano se deixasse ser selecionado da mesma forma que selecionamos os animais. Além disso, temos o direito de pressupor que, se impedirmos a propagação de linhagens mental ou fisicamente inferiores, a posição média geral de uma população pode ser alavancada.

Embora estes métodos pareçam apelativos, existem limitações sérias à sua aplicabilidade. A seleção eugénica só pode afetar traços hereditários. Se um indivíduo possui uma qualidade desejável cujo

desenvolvimento se deve na plenitude a causas ambientais, e que não será replicado nos descendentes, a sua seleção não terá influência nas gerações seguintes. É, portanto, de fundamental importância saber o que é hereditário e o que não é. As feições e a cor dos olhos, do cabelo e da pele são mais ou menos rigidamente hereditárias; por outras palavras, nestes aspetos, as crianças são organicamente parecidas com os pais independentemente do ambiente em que são criadas. No entanto, noutros casos, a influência determinante da hereditariedade não é tão evidente. Sabemos que a estatura depende de causas hereditárias, mas que também é fortemente influenciada pelas condições ambientais prevalecentes durante o período de crescimento. A rapidez do desenvolvimento não é menos influenciada por estas duas causas e, em geral, quanto mais um traço anatómico ou fisiológico depender da influência do ambiente, menos definitivamente podemos falar de uma influência determinante da hereditariedade e menos justificação teremos para afirmar que a natureza, e não a educação, é o elemento decisivo.

Assim, seria de esperar que o primeiro dever do eugenista consistisse em determinar empiricamente e sem preconceitos os traços que são hereditários e os que não são.

Infelizmente, não foi este o método seguido. No entanto, o grito de guerra dos eugenistas, «natureza, não educação», foi elevado à categoria de dogma e as condições ambientais que constroem e desconstroem o ser humano, tanto física como mentalmente, foram relegadas para segundo plano.

É fácil de ver que, em muitos casos, as causas ambientais podem transmitir a impressão errónea de que se trata de fenómenos hereditários. As pessoas pobres desenvolvem-se mais lentamente e mantêm uma estatura baixa comparadas com as pessoas ricas. Assim, numa área pobre, encontramos uma baixa estatura aparente, que, porém, se alteraria se a vida económica das pessoas fosse modificada. Encontramos proporções do corpo determinadas pelas ocupações e aparentemente transmitidas de pai para filho, desde que tanto o pai como o filho tenham a mesma ocupação. Quando mais abrangentes forem as influências ambientais que atuam sobre gerações sucessivas, mais rapidamente teremos uma falsa impressão de hereditariedade.

Neste ponto, chegamos a uma separação entre o pensamento do eugenista biológico e o do estudioso da sociedade humana. A maioria dos biólogos modernos está tão completamente dominada pela noção de que a função depende da forma, que procura uma base anatómica que explique todas as diferenças de função. O destaque colocado na relação entre a forma ou constituição anatómica e os problemas patológicos do mais variado cariz é uma manifestação desta tendência. Sempre que os problemas anatómicos e patológicos são, na verdade, interdependentes do ponto de vista fisiológico, encontramos a referida relação. Noutros casos, a relação pode ser muito distante, como acontece, por exemplo, na relação da forma anatómica com os distúrbios mentais. E isto é ainda mais verdade quando se procura uma relação entre os fenómenos sociais e a forma corporal. Muitos biólogos estão inclinados para acreditar que uma civilização superior se deve a um tipo superior; que melhor saúde social depende apenas de uma melhor herança genética; que as características nacionais são determinadas pelas formas corporais representadas na nação.

O antropólogo está convencido de que muitas formas anatómicas diferentes podem adaptar-se às mesmas funções sociais, atribui um peso maior a estas últimas e acredita que, em muitos casos, as diferenças de forma podem dever-se a adaptações a diferentes funções. O antropólogo acredita que tipos diferentes de ser humano podem alcançar a mesma civilização e que a saúde de qualquer tipo de ser humano pode ser assegurada com melhores cuidados.

As diferenças anatómicas e de constituição física a que o biólogo reduz os fenómenos sociais são hereditárias; as causas ambientais que o antropólogo vê refletidas na forma humana são adquiridas individualmente e não transmitidas por hereditariedade.

Tendo em conta o que foi dito anteriormente, será suficiente apontar alguns exemplos.

A igualdade de língua é adquirida no mesmo ambiente linguístico por membros dos mais diversos tipos humanos; os mesmos tipos de alimentos são selecionados de entre os produtos da natureza por pessoas pertencentes à mesma área cultural; a semelhança de movimentos é exigida nas atividades laborais; os hábitos de vida

sedentária e nómada não dependem da raça, mas da ocupação. Todos estes aspetos se distribuem sem qualquer referência ao tipo físico e constituem ampla evidência da falta de relação entre os hábitos sociais e a posição racial.

É preciso instar seriamente os eugenistas a deixarem de olhar para as formas, funções e atividades do ser humano de um ponto de vista dogmático segundo o qual cada traço se pressupõe ser hereditário e a começarem a analisá-las de um ponto de vista mais crítico, para o que será necessário que, em todo e qualquer caso, o cariz hereditário de um traço seja demonstrado antes de se pressupor que existe.

A questão vertente é bem ilustrada pelas amplas estatísticas da cacogenia e das histórias das famílias deficientes. Colocando de parte por um momento os casos de problemas patológicos hereditários, verificamos que o alcoolismo e a criminalidade são problemas frequentemente atribuídos a causas hereditárias. Quando estudamos as histórias familiares em questão, vemos, muitas vezes, que, se tivessem sido protegidos por um entorno doméstico favorável e se dispusessem de meios adequados de apoio contra o abuso do álcool ou de outras drogas, bem como contra a criminalidade, muitos dos indivíduos em causa não teriam sido mais suscetíveis de se tornarem vítimas das suas alegadas tendências hereditárias do que qualquer indivíduo fraco que seja educado em circunstâncias favoráveis. Se tivessem resistido às tentações do seu ambiente, teriam o direito de ser classificados como heróis morais. Os parâmetros aplicados à família criminosa e à família próspera são claramente bem distintos e, no que à hereditariedade diz respeito, não se podem tirar muitas mais conclusões dos dados recolhidos sobre deficiências sociais do que as que se tirariam do facto de, numa comunidade agrícola, a ocupação dos agricultores passar de pai para filho.

Saber se a debilidade constitucional baseada em causas hereditárias também pode ser provada nestes casos é uma questão que merece atenção em si mesma. Ainda falta demonstrar até que ponto existe, além de que não se pode pressupor, sem provas, que a eliminação dos descendentes dos delinquentes nos pudesse libertar de todos quantos possuem as mesmas debilidades constitucionais. Trataremos destas matérias de seguida.

É um facto observado que os mais diversos tipos de ser humano se podem adaptar às mesmas formas de vida e, a menos que se consiga provar o contrário, temos de partir do princípio de que todas as atividades complexas são socialmente determinadas e não hereditárias; que uma mudança das condições sociais alterará todo o carácter das atividades sociais sem influenciar minimamente as características hereditárias do grupo de indivíduos em causa. Desta forma, quando se tenta provar que os defeitos ou os traços de excelência são hereditários, é essencial que se excluam todas as possibilidades de uma repetição puramente ambiental ou socialmente determinada dos traços ancestrais.

Se se insistir nesta rigidez da prova, tornar-se-á evidente que muitos dos dados em que a teoria da eugenia se baseia são insatisfatórios e que é preciso ter muito mais cuidado do que aquele que os entusiastas das teorias eugénicas estão dispostos a aceitar.

Nada disto contradiz a transmissão hereditária de características físicas e mentais individuais ou a possibilidade de segregação, por meio de seleção adequada entre a vasta série de formas individuais variáveis que ocorrem em todos os tipos de pessoas, de linhagens que têm qualidades admiráveis e a eliminação de outras que não são tão privilegiadas.

Há quem defenda que a aplicação prática se tornou uma necessidade porque existe uma tendência definitiva para a degeneração geral em todas as nações civilizadas. Eu não acredito que esta afirmação tenha sido adequadamente provada. Na sociedade moderna, as condições de vida tornaram-se notoriamente variadas em comparação com as de períodos anteriores. Enquanto alguns grupos vivem em condições mais favoráveis, que exigem a utilização ativa do corpo e da mente, outros vivem numa pobreza abjeta e as suas atividades foram mais do que nunca rebaixadas ao nível das de máquinas. Ao mesmo tempo, as atividades humanas são muito mais variadas do que no passado. Assim, é perfeitamente compreensível que as atividades funcionais de cada nação mostrem um aumento do grau de diferenciação e um grau mais elevado de variabilidade. A média geral dos tipos mentais e físicos das pessoas pode manter-se a mesma. No entanto, agora, mais do que no passado, haverá um número maior

de pessoas que se situam abaixo de um certo limiar pouco exigente, assim como haverá mais indivíduos a ultrapassar um dado limiar de excelência. O número de deficientes pode ser contado pelas estatísticas da assistência aos pobres, delinquência e insanidade, mas não há nenhuma forma de determinar o aumento dos indivíduos que se elevam acima da norma de um limiar de excelência. Por isso, não chamam a nossa atenção. Pode perfeitamente dar-se o caso de o número de deficientes aumentar, sem, no entanto, influenciar o valor de uma população como um todo, uma vez que se trata apenas de uma manifestação de um aumento do grau de variabilidade.

Além disso, se forem selecionados arbitrariamente, os padrões absolutos não são significativos. Mesmo que não haja nenhuma alteração nos padrões absolutos, o grau de energia física e mental necessário nas condições modernas para nos mantermos acima de um determinado mínimo de aptidão é maior do que no passado. Isto acontece devido à maior complexidade da nossa vida e ao aumento do número de indivíduos em competição. Quando o nível geral de aptidão aumenta, aqueles que pretendem alcançar um alto grau de proeminência têm de ter maior capacidade do que a que era necessária em períodos anteriores da nossa história. Uma pessoa deficiente mental pode ser capaz de se governar numa comunidade agrícola simples, mas não de fazer o mesmo num meio urbano. A afirmação de que temos de lutar contra a degeneração nacional tem, pois, de ser mais bem consubstanciada do que está a ser atualmente.

O problema torna-se ainda mais complicado devido aos avanços na higiene pública, que reduziram a mortalidade infantil e alteraram a composição da população, na medida em que muitos dos que teriam sucumbido às condições deletérias vividas nos primeiros anos de vida passam a fazer parte da população adulta e têm uma influência na distribuição geral da vitalidade.

Há ainda outro aspeto importante da eugenia que nos deveria fazer parar antes de aceitarmos esta nova e ambiciosa teoria como uma panaceia para todos os males humanos. O eugenista radical trata o problema da procriação a partir de um ponto de vista puramente racionalista e parte do princípio de que o ideal do desenvolvimento humano é a completa racionalização da vida humana. Na realidade, as

conclusões a retirar do estudo dos costumes e hábitos da humanidade mostram que tal ideal é inalcançável e, mais especificamente, que as emoções que se geram em torno da procriação se encontram entre as mais profundamente enraizadas e indeléveis.

Também neste caso, o antropólogo e o biólogo estão em desacordo. As ciências naturais não reconhecem no seu sistema a importância dos fenómenos da natureza, nem veem as emoções como forças propulsoras; procuram reduzir todos os acontecimentos às ações das causas físicas. A razão é o seu único guia. Por conseguinte, o cientista gosta de olhar para a vida mental a partir do mesmo ponto de vista racional e considera que o objetivo do desenvolvimento humano é uma era de razão, em contraste com os anteriores períodos de emoção fantástica e prejudicial.

Por sua vez, o antropólogo não é capaz de reconhecer um domínio tão completo da razão sobre a emoção. Em vez disso, ele vê o progresso firme do conhecimento racional da humanidade, que é uma fonte de satisfação tão grande para ele como para o biólogo; no entanto, ele também vê que a humanidade não usa este conhecimento de forma puramente determinada pela razão e que as ações do ser humano não são menos influenciadas por emoções do que eram no passado, embora, em muitos aspetos, a menos que as paixões se inflamem, o aumento de conhecimento limite as formas extremas de atividades emocionais e irracionais. A religião e a vida política, bem como os nossos hábitos quotidianos, apresentam-nos inúmeras provas de que as nossas ações são resultado de preferências emocionais, que, de forma geral, obedecem ao nosso conhecimento racional, mas que não são determinadas pela razão; de que preferimos tentar justificar a nossa escolha de ação pela razão do que deixar que as nossas ações sejam por ela ditadas.

Desta forma, é extremamente improvável que um controlo racional de uma das mais fortes paixões do ser humano possa alguma vez ser alcançado. Se o desrespeito da lei é uma ocorrência comum até em questões de pouca importância, seria infinitamente mais comum em matérias que tocam muito profundamente a nossa vida interior. A repugnância relativamente à legislação eugénica baseia-se neste sentimento.

Não se pode duvidar que a aplicação de legislação eugénica teria um efeito abrangente na vida social e que tenderia a elevar o nível de certas linhagens hereditárias selecionadas. No entanto, não é possível saber o que aconteceria às linhagens selecionadas devido à alteração dos ideais sociais; e é indesculpável recusarmos ter em conta alterações fundamentais que estariam seguramente relacionadas com a prática eugénica, para nos limitarmos a considerar apenas o efeito biológico que pode vir a ser forjado, uma vez que, na grande quantidade da população saudável, o mecanismo biológico não controla por si só as atividades sociais. Pelo contrário, estas atividades estão sujeitas a estímulos sociais.

Embora não conheçamos os resultados de uma aplicação rígida da eugenia, alguns dos seus resultados podem ser antecipados com um grande grau de certeza.

O eugenista que tentar fazer mais do que eliminar os ineptos irá, antes de mais, ser chamado a responder à questão de quais são as melhores linhagens a cultivar. Se a questão for criar galinhas ou plantar milho, sabemos o que queremos. Queremos muitos ovos de bom tamanho ou uma boa safra de milho de qualidade. Mas o que queremos no ser humano? Será a excelência física, a capacidade mental, o poder criativo ou o génio artístico? Temos de selecionar determinados ideais que desejamos fomentar. Assim, tendo em conta as diferenças fundamentais de ideais dos diferentes tipos de civilização, teremos nós o direito de dar aos nossos ideais modernos o carimbo da definitividade e eliminar os que não se enquadram na nossa vida? Existem poucas dúvidas de que, no momento presente, damos muito menos importância à beleza do que à lógica. Deveremos então tentar criar uma geração de pensadores lógicos, eliminar aqueles que têm uma vida emocional exuberante e tentar fazer com que a razão se sobreponha a tudo e que todas as atividades humanas sejam realizadas com a precisão de um relógio? Não é possível prever com exatidão quais seriam as formas culturais que se viriam a desenvolver, porque elas são determinadas culturalmente, e não biologicamente; mas não há muitas dúvidas de que, dentro de certos limites, a intensidade da vida emocional — independentemente da sua forma — e a exuberância do pensamento lógico — independentemente do seu

conteúdo — poderiam ser aumentadas por meio de seleção orgânica. Uma escolha deliberada de qualidades como esta, que modificaria o carácter das nações, implica uma sobrevalorização dos padrões que alcançámos, o que, a meu ver, é intolerável. Pessoalmente, considero que o pensador lógico seria o que mais se identificaria comigo. No entanto, respeito o ideal sagrado do sonhador que vive num mundo de notas musicais e cujo poder criativo é, para mim, uma maravilha que ultrapassa o entendimento.

Sem uma seleção de padrões, a prática eugénica é impossível, mas, se lermos corretamente a história da humanidade, temos de pensar duas vezes antes de tentarmos definir os nossos padrões para todo o devir, uma vez que são apenas uma fase do desenvolvimento da humanidade.

Esta consideração aplica-se apenas ao nosso direito de aplicar princípios eugénicos criativos, não à questão de saber se a seleção eugénica pode alcançar resultados práticos. Já salientei anteriormente o quanto é ainda hipotético, ou, pelo menos de valor duvidoso, nesta matéria, porque os valores sociais sobrepõem-se aos valores biológicos.

No momento presente, a ideia de criar os melhores tipos humanos por meio de acasalamento seletivo está longe de ser uma ideia praticável. Trata-se apenas de um ideal desejável nas mentes de alguns entusiastas.

A aplicação imediata da eugenia está mais preocupada em eliminar linhagens que são um fardo para a nação ou para si próprias, e em aumentar o nível da humanidade por meio da supressão da prole das classes deficientes. Tenho dúvidas de que a eugenia, por si só, alcance resultados materiais neste sentido, uma vez que, tendo em conta a influência fundamental das causas ambientais, que apresentei anteriormente, é perfeitamente seguro dizer que nenhum tipo de seleção eugénica irá superar as condições sociais que deram azo a uma pobreza — e a um proletariado devastado pela doença —, que renascerá, mesmo a partir da melhor cepa, enquanto persistirem as condições sociais que levam implacavelmente os seres humanos a cair numa miséria impotente e irremediável. O efeito seria provavelmente o de empurrar novos grupos de indivíduos para esse ambiente

Digitalizado com CamScanner

terrível, onde assumiriam o papel dos deficientes eliminados. Não se sabe ao certo se criariam novas gerações de deficientes. A presença continuada de deficientes seria uma certeza. A eugenia não pode resolver o problema por si só. É preciso um melhoramento muito maior das condições sociais dos pobres, que também elevaria muitos dos aparentemente deficientes para níveis mais altos.

O estado atual do nosso conhecimento sobre a hereditariedade permite-nos dizer que certos problemas patológicos são hereditários, e que é muito provável que pais aparentemente saudáveis que pertencem a linhagens deficientes tenham indivíduos deficientes entre os seus descendentes. Podemos até prever para alguns destes casos quantos dos descendentes serão normais e quantos serão deficientes. O eugenista tem de decidir se pretende eliminar todos os indivíduos normais destas famílias para evitar o desenvolvimento de deficientes ou se está disposto a perpetuá-los — talvez como um fardo para a sociedade, para os seus parentes e, em muitos casos, até para eles próprios — para benefícios das crianças saudáveis destas famílias. Esta questão não pode ser decidida de um ponto de vista científico. A resposta depende de padrões éticos e sociais. Muitas famílias deficientes produziram indivíduos que nos deram os maiores tesouros que a nossa civilização possui. Os eugenistas poderiam ter impedido que o pai de Beethoven tivesse filhos. Será que assumiriam de bom grado a responsabilidade de privar a humanidade do génio de Beethoven?

Outro aspeto do problema é de muito maior importância para a humanidade. O objetivo da eugenia é criar uma raça melhor e acabar com o sofrimento crescente eliminando todos aqueles que, por hereditariedade, estejam destinados a sofrer ou a provocar sofrimento. A ideia humanitária da conquista do sofrimento e o ideal de elevar a eficiência humana para níveis nunca antes alcançados tornam a eugenia especialmente apelativa.

Eu acredito que, dada a constituição da mente e do corpo humano, se estas metas fossem alcançadas, estaríamos a caminhar para a destruição da sociedade. A linha que separa o desejo de eliminação de sofrimento desnecessário e o desejo de eliminar todo o sofrimento é muito ténue.

Embora, humanamente falando, possa tratar-se de um ideal muito bonito, é um ideal inalcançável. A realização dos ofícios da humanidade e o conflito de deveres nunca deixarão de ser acompanhados por um sofrimento que tem de ser suportado e que os homens têm de estar dispostos a suportar. Muitas das obras de beleza sublime são o fruto precioso da angústia mental; e não há dúvida de que seremos pobres se a disposição do ser humano para sofrer desaparecer. Contudo, se cultivarmos este ideal, aquilo que ontem era um desconforto hoje será sofrimento, e a eliminação dos desconfortos conduzirá a uma efeminação que será desastrosa para a raça.

Este efeito é exacerbado pela procura crescente de autoperfeição. Quando mais complexa for a nossa civilização, mais ampla for a nossa capacidade e mais extenso for o nosso conhecimento técnico, maior energia será necessária para alcançar a mais elevada eficiência, e menos admissível será que a capacidade de trabalho do indivíduo seja diminuída pelo sofrimento. Estamos claramente a resvalar para um limite perigoso, em que o indivíduo deixará de suportar o desconforto ou a dor em favor da continuidade da raça e em que a nossa vida emocional será de tal forma reprimida pelo desejo da autoperfeição — ou pela autossatisfação —, que a geração seguinte será sacrificada devido ao egoísmo dos vivos, e cada vez mais, à medida que nos tornamos mais competentes a usar os nossos dons naturais. O fenómeno que caracterizou o fim da antiguidade, período em que deixaram de nascer crianças para ocupar o lugar das gerações que iam definhando, está a ser repetido no nosso tempo e em círculos mais alargados; e, quanto mais robustamente os ideais da eliminação do sofrimento e do autodesenvolvimento forem defendidos, mais cedo caminharemos em direção à destruição da raça.

Por isso, não deverá permitir-se que a eugenia nos leve a acreditar equivocadamente na ideia de que deveríamos criar uma raça de super-homens, nem que deveríamos ter como objetivo eliminar todo o sofrimento e toda a dor. A tentativa de eliminar todas as classes deficientes cujas deficiências se devam, de acordo com métodos rígidos de prova, a causas hereditárias e de impedir uniões que venham, inevitavelmente, a conduzir ao nascimento de prole afetada por doenças é o campo em que a eugenia se movimenta. O que pode

ou deve ser tentado e até onde se poderá ir neste campo depende dos resultados de estudos minuciosos das leis da hereditariedade. A eugenia não é uma panaceia que irá curar todos os males humanos; é, antes, uma espada perigosa cujo gume se pode virar contra aqueles que se fiam na sua força.

Capítulo VI

Criminologia

Há toda uma ciência que se desenvolveu com base no pressuposto de que existe um tipo criminoso determinado biologicamente e de que a criminalidade é transmissível hereditariamente. A escola italiana de criminologistas liderada por C. Lombroso dedicou-se a definir o tipo do criminoso e as características físicas de criminosos viciados em vários tipos de crimes. Foi estabelecido um conjunto de estigmas que, segundo se cria, caracterizava uma pessoa como criminosa. Se esta teoria pudesse ser provada, o tratamento dos criminosos teria sido muito simplificado, uma vez que teria sido possível selecionar todos os criminosos antes de cometerem um crime e proteger a sociedade das suas ações.

Infelizmente estas esperanças extremas não foram cumpridas. As nossas considerações anteriores fazem com que seja plausível que não fosse possível cumpri-las, uma vez que a inter-relação entre a forma corporal bruta e a mentalidade está longe de ser evidente.

A única coisa que foi provada é que muitos criminosos são deficientes, não apenas mentalmente, mas também fisicamente. Desta forma, não surpreende que as anomalias que acompanham vários tipos de deficiência sejam encontradas com maior frequência entre eles do que entre os indivíduos socialmente normais; no entanto, isto não significa que a presença de qualquer dos estigmas descritos pela escola italiana possa provar que uma pessoa nasce criminosa.

Em muitos dos casos, um estudo estatístico cuidadoso mostrou que os alegados estigmas, como a ausência do lobo da orelha e irregularidades na posição dos dentes, são mais frequentes em grupos locais não criminosos do que entre criminosos, pelo que os referidos